

COMISSÃO TRIPARTITE PARITÁRIA PERMANENTE - CTPP

Ata da 89ª Reunião Ordinária

Local: Sala de Reuniões - 4º Andar - Sala 433 - Ed. Sede do MTb (Brasília/DF)

Data: 20 e 21 de junho de 2017

Participantes: Eva Patrícia Gonçalves Pires (DSST/SIT); Elton Machado Barbosa Costa (DSST/SIT); Jeferson Seidler (DSST/SIT); Joelson Guedes da Silva (DSST/SIT); Carolina Silva Melo Araujo Cunha (DSST/SIT); Rogério Alves da Silva (DSST/SIT); Paulo Ricardo Arsego (FUNDACENTRO); Robson Spinelli Gomes (FUNDACENTRO); Karla Freire Baêta (M. Saúde); Paulo César Andrade Almeida (Previdência Social/MF); Itamar José Sanches (CUT); Loricardo de Oliveira (CUT); Arnaldo Gonçalves (Força Sindical); Washington Aparecido dos Santos - Maradona (UGT); Robinson Leme (NCST); Francisco de Assis da Paixão e Silva (CTB); Francisco Erivan Pereira (CSB); Cláudio Ferreira Santos (CSB); Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI); José Luiz Pedro de Barros (CNI); Elimara Aparecida Assad Sallum (CNA); Eduardo Batista de Queiroz (CNA); José Almeida de Queiroz (CNC); Luis Sérgio Soares Mamari (CNC); Salomão Taumaturgo Marques (CNT); Clovis Veloso de Queiroz Neto (CNS).

Ausências Justificadas: Magnus Ribas Apostólico (CNF).

Assessores:

Governo: Viviane de Jesus Forte (DSST/SIT); Christianne Andrade Rocha (DSST/SIT); Matheus Alves Viana (DSST/SIT).

Empregadores: Ruy Tadeu Ribeiro Peleteiro (CNI); Paulo Rogério de Araújo (CNA); Ricardo Albregaro (CNS); Ana Cristina Fachine Pimentel (CNI).

1º dia (20 de junho) Apresentação de Demandas

Coordenador da Reunião:

Eva Patrícia Gonçalves Pires (Diretora do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho)

Coordenadores de Bancada:

Governo: Eva Patrícia Gonçalves Pires

Trabalhadores: Washington Aparecido dos Santos - Maradona

Empregadores: Rafael Ernesto Kieckbusch

- 1 **1. Ata**
- 2 a) *Ata da 88ª Reunião*
- 3 • A bancada de trabalhadores repassou à coordenação da Comissão uma lista com propostas de
- 4 correções pontuais referente ao texto da Ata.
- 5 • A bancada de empregadores informou que apresentaria suas considerações sobre a Ata no dia
- 6 seguinte.
- 7 **2. Informe sobre Portarias Publicadas**
- 8 a) Portaria SIT n.º 609, de 30 de março de 2017
- 9 Prorroga em 60 dias o prazo da consulta pública do texto técnico básico para criação da Norma
- 10 Regulamentadora referente às atividades de Limpeza Urbana.

- 11 b) Portaria SIT n.º 626, de 30 de maio de 2017
12 Altera a composição da Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP.
- 13 c) Portaria SIT n.º 627, de 30 de maio de 2017
14 Altera a Portaria SSST n.º 02, de 10 de abril de 1996.
- 15 d) Portaria MTE n.º 790, de 09 de junho de 2017
16 Altera a Norma Regulamentadora n.º 34 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da
17 Construção e Reparação Naval.
- 18 e) Portarias pendentes de publicação
- 19 • Eva informou que na véspera dessa reunião o DSST/SIT participou de uma reunião com o ministro
20 do trabalho onde foram pautadas uma a uma as minutas de portarias de alteração de Normas
21 Regulamentadoras já referendadas pela CTPP, entretanto, ainda pendentes de publicação no Diário
22 Oficial da União, a saber: De 2016 - NR-12 (alteração da Portaria MTb n.º 1.111, dispondo prazo
23 para máquinas tipo cilindro de massa); NR-12 (Itens da Parte Geral da Norma); NR-36 (Glossário
24 e Item 1.2.3.4 do Anexo II da NR-36); e NR-06 (Proteção contra Precipitação Pluviométrica). De
25 2017 - NR-09 (Anexo II da NR-09); NR-12 (Anexos I, IV, VII e VIII); NR-13 (nova redação); e
26 NR-20 (Diretrizes para EAD). Disse que entre idas e vindas do Gabinete do Ministro - GM,
27 Consultoria Jurídica - CONJUR e Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, tinha-se a informação
28 de que o andamento dessas portarias estava bem avançado, com possibilidade de serem publicadas
29 nos próximos dias.
- 30 • Referente às alterações da NR-12, Maradona lembrou que foi feito um esforço muito grande para
31 avançar nas negociações da CNTT da Norma e na própria CTPP, devendo ser lembrado também
32 a luta que foi necessária dentro do Senado Federal, sendo que a demora da publicação dessas
33 portarias não é algo muito interessante para a CTPP, considerando as situações adversas que
34 acometem à normatização e ao tripartismo em si. Disse achar interessante que a CTPP elabore um
35 documento informativo sobre os avanços conquistados nas discussões tripartites sobre a NR-12 a
36 ser apresentado para os criadores dos projetos de lei contra a Norma, no Senado e Câmara de
37 Deputados, de forma a precaver eventuais surpresas vindas do Congresso Nacional.
- 38 • Eva considerou que se houvesse um consenso entre as bancadas, seria possível sim a realização de
39 um apanhado do que já foi publicado, do que se tem para publicar e do que já está pautado para
40 discussão na CNTT da NR-12, como subsídio para um informativo ao Congresso.
- 41 • Rafael informou que durante os debates da CNTT da NR-12 chegou a haver um certo avanço do
42 PDS n.º 43/2015, entretanto, a CNI, junto com o Ministério do Trabalho, fez um breve relato ao
43 Sen. Armando Monteiro colocando que o processo de discussão tripartite estava avançando dentro
44 do acordado; que as discussões vinham num ritmo não tão célere como se gostaria por motivos
45 outros, mas que as negociações estavam sendo bem-sucedidas. Disse que seria interessante constar
46 no sugerido documento, as portarias que já foram publicadas, as que estão por serem publicadas e
47 a proposta de diferenciação entre fabricantes e usuários a ser apresentada pela representação
48 empresarial, bem como os próximos anexos a serem discutidos pela CNTT.
- 49 • Eva informou que o DSST elaborará uma proposta que seria repassada aos coordenadores de
50 bancada para análise antes do envio do documento ao Congresso Nacional.

51 **3. Formação de Grupos Tripartites**

52 a) *Grupo de Trabalho Tripartite para criação da NR Limpeza Urbana*

- 53 • Eva informou que até aquele momento haviam sido efetivadas as seguintes indicações: dois
54 representantes dos trabalhadores e dois dos empregadores, faltando, portanto, a indicação de três
55 representantes de cada bancada.

- 56 • Mamari informou que no caso a representação de empregadores estava completa, pois a CNC
57 havia enviado um ofício ao GM/MTb com os nomes de seus três representantes.
- 58 • Eva solicitou que o citado ofício da CNC fosse enviado ao DSST para que as indicações nele
59 constantes fossem devidamente registradas.
- 60 • Foi perguntado se havia previsão do início dos trabalhos do GTT.
- 61 • Joelson informou que assim que as composições das bancadas fossem confirmadas, seria publicada
62 a portaria de instituição do GTT, já com a designação dos nomes para em seguida ser convocada
63 a primeira reunião.
- 64 b) ***Subcomissão sobre Matriz de Competência***
- 65 • Eva informou que seriam entregues aos coordenadores de bancada e ao presidente da Fundacentro
66 os ofícios de solicitação de indicação para formação da Subcomissão vinculada diretamente à
67 CTPP; e que terá como objetivo o desenvolvimento de uma matriz de competência referente a
68 todas as Normas Regulamentadoras. Disse que a ideia dessa Subcomissão é tratar da parte da
69 capacitação e treinamento dos trabalhadores prevista em todas as NRs. Será uma ação transversal
70 para que se tenha, além da visão holística, uma efetividade maior na prática do trabalhador dentro
71 da empresa. Disse que recentemente haviam sido aprovadas as diretrizes de EaD para a NR-20, e
72 que a Subcomissão também deverá tratar desse tema de forma a visualizar a replicação da
73 modalidade para as demais NRs. Serão abordadas todas as NRs, suas especificidades, os pontos
74 comuns, a possibilidade de abertura de outras modalidades de capacitação que não somente a
75 presencial, dentre outras características. Disse que o Governo não possui um piloto para o início
76 desse trabalho, ou seja, a Subcomissão é quem estará encarregada de elaborar uma proposta.
- 77 • Robinson comentou que o CPN da NR-18 vem discutindo sistematicamente a questão da
78 harmonização dos termos “trabalhador qualificado”, “trabalhador legalmente habilitado” e
79 “trabalhador capacitado”, coisa que poderia ser harmonizada também em todas as NRs pela
80 Subcomissão.
- 81 • Eva informou que essa questão é intrínseca ao escopo da Subcomissão e que com certeza será
82 abordada.
- 83 • José Luiz comentou que em suma, o nome correto não seria “matriz de competência”, mas sim
84 “matriz de aproveitamento de conteúdo e competência”, pois quando da elaboração das Normas
85 Regulamentadoras, os técnicos representantes dos grupos e/ou comissões tripartites entendem a
86 necessidade de que haja a capacitação para o trabalhador, entretanto, na prática, quem ministra
87 esses cursos muitas vezes não tem noção de pedagogia, o que pode desvirtuar um conteúdo em
88 função de determinada competência, inclusive com repetição de conteúdo em tudo quanto é Norma
89 Regulamentadora, ou seja, deve-se ajustar o conteúdo à competência que se queira. Finalizou
90 lembrando que a competência certificada é do trabalhador e não da empresa como dispõe todas as
91 NRs atualmente, pois se o trabalhador é capacitado, estando empregado numa empresa, esse
92 certificado deve ser aceito por outra empresa também, dispensando assim o trabalhador de refazer
93 a capacitação para uma mesma função.
- 94 • Robinson concordou em tese com o que foi dito por José Luiz, entretanto, disse que por exemplo,
95 o curso de primeiros socorros é básico, cujo o conteúdo não difere muito entre si, mas é necessária
96 a prática, uma reciclagem, e essas questões também deverão ser abordadas pela Subcomissão.
- 97 • Eva informou que de praxe, quando se propõe qualquer tema de discussão na CTPP, o Governo
98 sempre apresenta uma minuta de texto como ponto de partida das discussões, entretanto, nesse
99 caso, a proposta será construída do zero, inclusive o escopo, a abrangência e os temas dentre outras
100 questões. Em tempo, entregou aos coordenadores de bancada e representante da Fundacentro,
101 ofício solicitando as indicações para formação da Subcomissão. Disse que para essa Subcomissão
102 também seriam convidados a participar representantes do Ministério da Saúde e da Secretaria de
103 Previdência Social, do Ministério da Fazenda.
- 104 • Spinelli informou que ao ler o ofício de solicitação de indicação se deparou com a redação de que

- 105 a Subcomissão terá como atribuição também acompanhar os desdobramentos decorrentes da
106 publicação das diretrizes de EaD para a NR-20 o que, ao seu ver, não faria sentido, pois dever-se-
107 ia separar uma coisa da outra.
- 108 • Eva explicou que havia sido acordado na reunião anterior da CTPP que a Subcomissão de Matriz
109 de Competência faria o acompanhamento da aplicabilidade das diretrizes para EaD, pós
110 publicadas, referente à NR-20 com o objetivo de verificar se os procedimentos estarão sendo
111 devidamente cumpridos e se a modalidade estará dando certo, não com o foco no mérito da questão
112 da NR-20 em si. Entretanto, para evitar interpretações diferentes do que se pretende, informou que
113 os ofícios serão modificados e entregues novamente no segundo dia da reunião.
 - 114 • Em tempo, Maradona, levando em consideração o número de centrais sindicais com representação
115 na CTPP, sendo que todas têm áreas que lidam com a questão de capacitação de trabalhadores,
116 solicitou que o número de representantes da Subcomissão fosse redimensionado para seis por
117 bancada e não cinco com proposto.
 - 118 • Ficou acordado sob consenso que a Subcomissão de Matriz de Competência terá a composição de
119 6 (seis) membros por bancada.
 - 120 • Rafael sugeriu que a Subcomissão, já na primeira reunião, defina o escopo do debate e já faça um
121 cronograma de trabalho.
 - 122 • José Luiz fez a observação de que uma coisa essencial para o bom andamento dessa Subcomissão
123 será a assessoria técnica de cada representação, que deverão ser pessoas tecnicamente capacitadas
124 em pedagogia, entendidas no assunto, para poder construir a pretendida matriz. Disse que na
125 verdade os membros, que provavelmente serão membros da própria CTPP, terão a função de
126 gerenciar e coordenar os trabalhos, mas quem efetivamente construirá a proposta serão os técnicos
127 a serem elencados.
- 128 c) **Grupo de Estudo Tripartite - GET sobre o Anexo 3 (calor) da NR-15**
- 129 • Eva informou que ainda faltavam alguns ajustes no texto técnico básico a serem feitos pelo Grupo
130 de Trabalho - GT e que logo após seria iniciada a fase de estudos pelo GET, sendo que para tanto
131 era necessária a confirmação dos membros que comporão a bancada de trabalhadores do GET, no
132 caso, a confirmação de quatro nomes previamente indicados quando da primeira tentativa de
133 revisão do Anexo e a indicação de mais um nome que ainda faltava.
 - 134 • Rafael solicitou celeridade na confirmação dos nomes da bancada de trabalhadores para que os
135 trabalhos do Grupo fossem iniciados o quanto antes.

136 4. Informes sobre Normas Regulamentadoras

137 a) *NR Limpeza Urbana*

- 138 • Eva informou que foram realizadas quatro audiências públicas sobre a proposta de NR: *04 de maio*
139 *(São Paulo/SP); 17 de maio (Porto Alegre/RS); 25 de maio (Salvador/BA); e 30 de maio*
140 *(Brasília/DF)*. Disse que as audiências tiveram bastante sucesso com uma frequência média de
141 500 participantes, sendo recebidas uma grande quantidade de sugestões, tanto nas audiências
142 quanto no processo de consulta pública.
- 143 • Joelson informou que foram registradas cerca de 3.200 sugestões para a Norma, entretanto, como
144 houve um número considerável de repetições de sugestões, no geral, pode-se considerar o número
145 de 1.500 sugestões da sociedade, fato que muito contribuirá com as discussões. Disse que quando
146 as sugestões forem compiladas, o DSST repassará o arquivo para conhecimento da CTPP.
- 147 • Eva informou que as sugestões foram feitas todas por sistema informatizado de consulta pública
148 constante do site do Ministério. Sistema esse que precisa de ajustes, vem sendo aperfeiçoado e a
149 tendência é melhorar a cada consulta pública. Disse que o sucesso da consulta pública se deve à
150 ampla divulgação e à mobilização conseguida sobre a sociedade e sobre o setor em si. Disse que
151 foi um grande trabalho realizado, mas que o trabalho mais pesado está por vir, mas que por tantos
152 subsídios, com certeza, se terá um resultado de melhor qualidade. Finalizou agradecendo a todos

- 153 pela mobilização das bases.
- 154 • Maradona comentou que a representação de trabalhadores acompanhou todas as audiências
155 públicas, que foram extremamente produtivas e positivas para o processo tripartite de elaboração
156 de Normas Regulamentadoras. Disse que com isso, com a edição das audiências públicas, faz-se
157 muito mais do que é preconizado pela Convenção 144 da OIT, que vai somente à previsão de
158 consulta pública. Disse ter sido importante a participação do Sr. Ronaldo Nogueira, ministro do
159 trabalho, na audiência realizada em Brasília, fato que coroou o processo e deu força política ao
160 sistema tripartite. Disse também ter sido fundamental o apoio da Fundacentro para que os eventos
161 fossem bem-sucedidos.
- 162 • Elton disse que ao contrário do questionamento de realizar ou não primeira audiência pública por
163 falta de tempo e outras dificuldades colocadas pela representação empresarial, foi possível
164 expandir o processo de divulgação da Norma com a realização de não somente uma, mas várias
165 outras audiências. Considerou terem sido eventos de sucesso, mas que não chegou a ser o ideal
166 porque não foi possível realizar uma edição na região norte do país. Complementou que os eventos
167 foram coroados de êxito e sugeriu que em toda e qualquer elaboração de NR ou, que seja, revisão
168 considerável de alguma existente, esse tipo de instrumento não deve deixar de ser utilizado.
- 169 • Clovis comentou que participou da audiência pública realizada em Brasília a qual considerou
170 riquíssima em função da diversidade de atores da sociedade que participaram e do debate ocorrido
171 em si. Disse que na oportunidade se dirigiu à mesa coordenadora indagando sobre o escopo da
172 Norma que não parece estar bem definido no texto técnico básico, coisa que será preciso trabalhar
173 para delimitar exatamente o que deve ser abrangido pela Norma.
- 174 • José Luiz registrou que na reunião anterior da CTPP a bancada de empregadores se manifestou
175 contrária à realização simplesmente da 1ª audiência na data informada, pois a bancada só veio a
176 ter conhecimento do evento às vésperas da reunião, o que não daria tempo suficiente para preparar
177 as bases para participação na audiência, não significando que a bancada era contra a realização das
178 audiências, pelo contrário, é totalmente a favor.
- 179 • Assis considerou que para que as audiências públicas tivessem 100% de êxito, seria de suma
180 importância realizar uma edição na região norte do país.
- 181 • Eva disse que o MTb concentrou esforços e recursos para que as audiências acontecessem e que
182 naquele momento só foi possível ser realizadas nas regiões mais próximas por questões de logística
183 e baixo recurso orçamentário, o que não significa que a região norte foi deixada de lado. Disse que
184 a intenção é contemplar todas as regiões.
- 185 • Maradona considerou que o Grupo de Trabalho Tripartite - GTT, quando formado, pode propor
186 que, em tempo, seja realizada uma audiência na região norte.
- 187 • Joelson complementou dizendo que a Portaria MTE n.º 1.127/03 prevê a realização de audiência
188 pública tanto antes quanto depois do início dos trabalhos do GTT, assim sendo, pode-se sim ser
189 definida a realização de uma edição em algum estado da região norte.
- 190 b) **NR-12**
- 191 • Eva informou que com a aposentadoria da AFT Aida Cristina Becker e de Roberto Misturini houve
192 uma alteração na coordenação da CNTT da NR-12, passando a ser exercida pelo AFT Hildeberto
193 Bezerra Nobre Júnior, que já era membro da comissão. Comunicou que o anexo de calçados foi
194 finalizado e que esse compreenderá a regulamentação de 27 tipos de máquinas especificamente
195 utilizadas pelo segmento calçadista.
- 196 • José Luiz considerou que, apesar da aposentadoria, seria importante que Aida continuasse a
197 coordenar os trabalhos da CNTT, pois a mesma, além de grande conhecimento técnico, tem
198 habilidade para tanto e possui registros e informações sobre o andamento das discussões feitas
199 (arquivos e históricos), coisa que sem ela parece se perder um pouco dentro da CNTT. Disse que,
200 se possível, seria razoável realizar uma reunião da CNTT em Caxias do Sul/RS, possibilitando a
201 participação de Aida, ou que a SIT promova um encontro entre Aida e Hildeberto para que esse

- 202 histórico seja repassado à nova coordenação da CNTT. Relatou que a CNTT, quando do início da
203 abordagem de um anexo, tem adotado o sistema de formação de subgrupo que analisa o anexo
204 mais a fundo tecnicamente, o que adianta em muito o trabalho da comissão, que nesse interim pode
205 realizar outros trabalhos em paralelo; e com isso, após 3 reuniões do subgrupo, a CNTT fechou o
206 texto do anexo de calçados (Anexo 8 da NR-12), mas não foi pautado para essa reunião da CTPP
207 a pedido da representação de trabalhadores da CNTT, coisa respeitada pela bancada de
208 empregadores. Disse que o texto do anexo se encontra fechado com 100% de consenso, entretanto,
209 faltando ainda a definição dos prazos para implementação.
- 210 • Eva informou que todo o trâmite de transição da coordenação da CNTT está sendo feito e bem-
211 sucedido.
 - 212 • Maradona disse que Aida Becker fez um trabalho de excelência à frente da CNTT, pessoa
213 altamente competente e proativa em prol da NR-12 e que, inclusive, teve um papel fundamental
214 junto ao Congresso Nacional, no caso, na solicitação de retirada do PDS n.º 43/2015 da pauta do
215 Senado.
 - 216 • Robinson, quanto à proposta pautada, disse ser necessário alinhar o envio dos arquivos dos temas
217 pautados à CTPP de forma que se tenha tempo suficiente para análise do material. Como exemplo
218 a proposta de alteração da NR-12 que foi enviada às vésperas dessa reunião.
 - 219 • Eva considerou Aida Becker um modelo de profissional, guerreira, competente e super atuante em
220 todo o trabalho que se envolveu, tanto que no evento de encerramento da CANPAT, foi a única
221 profissional do MTb a ser homenageada.
- 222 c) ***NR-16 (Anexo 5 - Atividades Perigosas com Motocicletas)***
- 223 • Elton informou que se trata de um Anexo da NR-16 já regulamentado anteriormente, mas que,
224 sofrendo ataques por processos da justiça trabalhista com a alegação de vício no processo de
225 regulamentação realizado pelo Ministério à época. Tendo em vista o aumento do número de
226 empresas recorrendo à justiça para suspender o pagamento do adicional, resolveu-se refazer todo
227 o processo, onde foi formado um novo GTT para rediscutir a regulamentação da Lei n.º 12.997/14.
228 Disse que na verdade, em tese, a questão é relativamente simples, mas existe uma animosidade
229 muito grande no Grupo; e que resolveu acompanhar de perto os trabalhos desse grupo para tentar
230 afunilar a discussão para um desfecho, já que não se estava conseguindo avançar nas discussões.
231 Disse que ambas as bancadas pugnam pela legalidade sendo que a Lei não faz distinção entre qual
232 é a categoria que vai perceber o adicional, se é mototaxista ou se é motofretistas, sendo que esse é
233 o mote da representação de trabalhadores, por outro lado, os empregadores também querem a
234 legalidade estrita para que não se avance no conceito de motocicleta (motoneta, ciclomotor dentre
235 outros). Disse achar que os dois atores têm razão dentro de seus princípios, e com isso a equipe do
236 DSST realizou um trabalho de levantamento do histórico da discussão desde os primórdios, o
237 desenvolvimento da discussão do projeto até ser publicada a Lei, sendo que no início contemplava-
238 se apenas algumas categorias, mas durante os anos de discussão os parlamentares envolvidos
239 manifestaram que outros trabalhadores também estariam expostos aos riscos e não seria justo
240 excluí-los e por isso a Lei foi publicada com essa generalidade. Com esse trabalho o DSST
241 elaborou outra proposta de texto que está sendo analisada pelo Grupo e será discutida na próxima
242 reunião do GTT, agendada para o dia 05 de julho, no Ministério do Trabalho. Disse que a intenção
243 é a de não permanecer muito mais tempo no impasse visto o longo tempo de discussão, assim a
244 discussão deveria se afunilar para um encaminhamento final, para quem sabe já trazer o resultado
245 na próxima reunião da CTPP.
 - 246 • Cláudio comentou que a relação entre a categoria de trabalhadores e empregadores nesse segmento
247 é bem conflitante, e que os trabalhadores ao longo dos anos têm tentado o entendimento, mas o
248 problema se baseia única e exclusivamente em o patronato desse segmento não aceitar a Lei e a
249 regulamentação que já foi publicada, inclusive dando entrada em ações judiciais de suspensão dos
250 efeitos da portaria.
 - 251 • Eva disse que o Governo entende que há outros fóruns, além do executivo, que podem discutir o

- 252 tema, coisa inclusive constitucional, mas, de toda forma, o Ministério do Trabalho entendeu que o
253 processo para a elaboração do Anexo 5 da NR-16 vigente, realmente foi falha e por isso foi feita
254 uma nova proposta de regulamentação da Lei n.º 12.997/14, com intenção de que a
255 regulamentação seja melhorada. Disse que apesar da atual equipe do DSST ter entrado na
256 discussão já com o processo em andamento, tem se esforçado para entender as partes e construir
257 um instrumento que seja bom para todos, sempre respeitando os limites da citada Lei.
- 258 • Clovis lembrou que o grande problema da discussão é que a Lei não atinge categoria; que o projeto
259 de lei foi iniciado no Congresso Nacional citando categorias de trabalhadores e nos finalmentes da
260 discussão foi retirada a categoria e publicada a Lei considerando “atividades com motocicleta”, e
261 aí gerou-se o grande problema, onde não houve nenhuma separação entre o uso comum e o uso
262 laboral da motocicleta, ou seja, criou-se uma periculosidade para a utilização de um veículo
263 automotor independentemente da circunstância. Disse que na primeira discussão para
264 regulamentação da Lei, o processo foi realmente muito falho. Relatou que a representação
265 empresarial foi recebida pelo Ministro, solicitou o adiamento da 1ª reunião, o que não foi
266 considerado, sendo a reunião realizada mesmo sem a presença da bancada de empregadores;
267 ocorreu a segunda reunião logo em seguida onde houve um tumulto, com invasão de sala
268 inviabilizando a discussão e com isso encerrou-se a discussão, foi aprovado na CTPP e o
269 Ministério publicou o Anexo. Disse que entre o período de consulta pública à publicação da
270 portaria levou-se algo em torno de 30 dias, algo sem precedentes na história da CTPP. Com isso o
271 segmento empresarial considerou que não houve respeito ao tripartismo, nada foi discutido, e por
272 isso, de forma legítima, as associações empresariais começaram a entrar contra a portaria
273 solicitando a suspensão do pagamento do adicional. Disse que a discussão atual gira em torno do
274 mesmo problema, a Lei é restrita e não se refere a qual categoria deve perceber o adicional e isso
275 é o que complica a regulamentação. Concluiu dizendo que motocicleta não é motoneta nem
276 ciclomotor e a discussão é complicada porque a Lei é falha, pois não dá parâmetro para a
277 regulamentação.
 - 278 • Cláudio, como participante da 1ª discussão para regulamentação, disse entender que à época, a
279 bancada patronal não se fez presente para que não houvesse a discussão tripartite, para que, de
280 forma proposital, o processo fosse travado.
 - 281 • Eva pediu a todos da CTPP cujas as confederações e centrais sindicais estejam sendo representadas
282 na discussão, que repassem o máximo de informações aos membros do GTT com o intuito de
283 nortear a discussão com o propósito de ter a melhor apreensão do conteúdo, mas principalmente
284 de que se chegue ao consenso, pois é preciso chegar a uma conclusão.
- 285 d) **NR-24**
- 286 • Eva informou que as discussões sobre o novo texto da NR-24 estão quase concluídas. Disse que a
287 bancada de empregadores do GTT solicitou um prazo de 90 dias para consulta às bases e que fosse
288 apresentado um posicionamento final sobre a proposta na próxima reunião do GTT, prevista para
289 o mês de agosto deste ano.
 - 290 • José Luiz informou que o texto havia sido fechado no Grupo, ficando um ou dois itens da parte de
291 disposição geral ou medidas transitórias; que apesar de definido o conceito, não se conseguiu ainda
292 a redação ideal. Quanto a consulta às bases, disse que essa não tem a intenção de que seja mudado
293 o texto, mas é possível que seja proposto um ou outro ajuste nada significativo quanto ao teor do
294 que já está consensado. Disse que a previsão é de que o texto seja todo acordado nessa próxima
295 reunião do GTT e posteriormente encaminhado à CTPP.
 - 296 • Karla Baêta, indagou se, em se tratando de uma NR que trata de questões sanitárias, mesmo o
297 processo estando em estágio de finalização, seria possível a participação de um representante do
298 Ministério da Saúde nessa última reunião do GTT, não no sentido de opinar ou apontando a
299 necessidade de alguma alteração do texto, mas mais para interação do assunto mesmo.
 - 300 • Eva informou que sim, a participação de um representante da Saúde nessa reunião poderia ser na
301 qualidade de assessor da bancada de Governo.

302 **5. Alteração de Normas Regulamentadoras**

303 a) **NR-04**

- 304 • Eva informou que se trata de proposta da CNTT da NR-34 para alteração da gradação de risco das
305 CNAEs 30.11-3 (construção de embarcações e estruturas navais) e 30.12-1 (construção de
306 embarcações para esporte e lazer), no caso, do grau de risco 3 para 4.

307 b) **NR-34**

- 308 • Eva informou que a proposta, também advinda da CNTT da NR-34, trata de alterações do item
309 34.16 (Serviços com o apoio de estruturas flutuantes).

- 310 • Maradona informou que a princípio a bancada de trabalhadores entendia que tanto a proposta de
311 alteração dos CNAEs 30.11-3 e 30.12-1 quanto à de alterações na NR-34 deveriam voltar para a
312 CNTT da NR-34, entretanto a bancada analisaria melhor os textos para definir o posicionamento.

- 313 • Robinson, referente à proposta de alteração do item 34.16, disse que há uma discordância da
314 bancada referente à distância dos banheiros, como prevista na proposta do item 34.16.16; que não
315 tem conhecimento de como se dá os serviços de apoio em estruturas, mas a dimensão do banheiro
316 colocada foge aos padrões da NR-24; e também quanto ao banheiro químico no item 34.16.16.1,
317 pois seja onde for (eventos ou trabalho) a higienização desse tipo de banheiro é coisa complicada.

- 318 • Elton solicitou que Robinson participasse da próxima reunião da CNTT da NR-34, mesmo não
319 sendo membro da citada comissão, para melhor expor os questionamentos feitos, inclusive o da
320 proposta pautada anteriormente na CTPP que dispõe sobre a velocidade do vento para armação de
321 andaimes em off-shore.

- 322 • Rafael informou que, conforme já sugerido pela bancada de trabalhadores, a bancada de
323 empregadores também sugeria que ambas as propostas, alteração da NR-04 e alteração, deveriam
324 retornar à CNTT da NR-34, para que se tenha um olhar conjunto do todo, pois surgiram algumas
325 dúvidas que precisam ser sanadas, por exemplo, na NR-34 vigente existe o item 34.16, ou seja, ele
326 vai ser remodelado ou não, ou o que?. Disse que se for o caso a CNTT deveria apresentar a lógica
327 das alterações.

- 328 • De antemão, Eva informou que mesmo não sendo o encaminhamento definitivo as propostas de
329 alteração da NR-04 e NR-34 deveriam voltar à CNTT da NR-34 para rediscussão.

330 c) **NR-12**

- 331 • Eva informou que se trata de proposta de alteração de itens da parte geral e no glossário da Norma,
332 já aprovadas pela CNTT da NR-12.

333 d) **NR-22**

- 334 • Eva informou que se trata de proposta de alteração de itens da NR-22: 22.26 (Deposição de Estéril,
335 Rejeitos e Produtos) e 22.32 (Plano de Atendimento a Emergências - PAE), aprovadas pela
336 Comissão Permanente Nacional do Setor Mineral - CPNM.

- 337 • Robinson, pela bancada de trabalhadores, informou haver alguns problemas nas propostas, por
338 exemplo, no item 22.26 muda-se o nome de “operações de emergência” para “plano de
339 atendimento de emergência”, coisa que vai ser preciso harmonizar futuramente, talvez na NR-01
340 ou outra Norma. Disse que, além disso, na proposta desse mesmo item, restou uma dúvida sobre
341 se a alínea “j” vigente será ou não excluída com essa nova redação.

- 342 • Rafael comentou que a bancada de empregadores tinha uma preocupação quanto à proposta
343 referente ao item sobre barragens, no sentido de saber qual a delimitação que envolve a SST e qual
344 a delimitação que envolve outra regulamentação. Disse que isso deveria ser mais claro para não se
345 ter alguma insegurança jurídica, não haver conflito ou extrapolação de competência de campo.
346 Informou que a bancada estava tentando contato com os representantes da respectiva bancada na
347 CPNM para verificar se isso foi levado em consideração na discussão.

- 348 • José Luiz apontou que a proposta apresenta uma duplicidade na numeração dos itens 22.26.4 e

349 22.26.5.

350 • Cláudio disse entender que a proposta dá uma responsabilidade a mais ao SESMT; entretanto,
351 dever-sei-a prever uma medida punitiva aos responsáveis pelas barragens que deveriam cumprir
352 os protocolos de segurança, coisa que não fazem e, quando da ocorrência de uma fatalidade,
353 buscam criminalizar os profissionais do SESMT.

354 • Viviane comentou que foi feita uma análise jurídica da proposta e disse que é importante que o
355 SESMT esteja sempre ligado à questão, vez que é função desse Serviço pensar em todos os
356 cenários de emergência que podem acontecer na empresa.

357 e) **NR-30**

358 • Eva informou que se trata de proposta de alteração de itens da NR-30 aprovadas pela Comissão
359 Permanente Nacional Aquaviária - CPNAq.

360 • Robinson comentou que a questão das “condições inseguras”, conforme consta na proposta de
361 alínea “b” do subitem 30.4.8.5.2 foi abolida em 2009, na NR-01. Sugeriu a substituição da
362 expressão proposta pela expressão “fatores de risco”; e também a substituição da expressão “quase
363 acidentes”, constante da alínea “e” do mesmo subitem, por “incidentes”.

364 • Rafael apontou que deveria ser verificada a posição do item na Norma, pois a numeração que
365 consta na proposta parece estar relacionada à parte de atas do GSSTB e não aos procedimentos de
366 reunião.

367 • Eva solicitou que as bancadas analisassem e avaliassem melhor a proposta, e detalhassem as
368 sugestões no 2º dia da reunião.

369 f) **NR-36**

370 • Eva informou que se trata de proposta de inserção de regulamentação sobre a máquina “serra de
371 fita” no Anexo II da NR-36, elaborada pela Subcomissão de Máquinas vinculada à CNTT da NR-
372 36.

373 • As bancadas apresentarão posicionamento no 2º dias da reunião.

374 **6. Outros Assuntos**

375 a) ***Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CANPAT***

376 • Eva comentou que retomar a realização da CANPAT foi uma iniciativa muito importante para o
377 Ministério do Trabalho, tendo o apoio total do Sr. Ministro que participou tanto da cerimônia de
378 abertura quanto do encerramento da Campanha. Disse que com base no que preconiza a
379 Convenção n.º 81 da OIT, foi alcançado o objetivo de orientar, divulgar e estimular o
380 conhecimento da sociedade sobre os diversos assuntos relacionados à segurança e saúde no
381 trabalho. Informou que nessa edição foram eleitos dois temas principais: acidentes do Setor de
382 Transportes; e o adoecimento mental dos trabalhadores desse Setor.

383 • Viviane disse que além das ações de divulgação, foi feita também, em parceria com a Polícia
384 Rodoviária Federal, uma ação de fiscalização em nível nacional no Setor de Transportes
385 abordando um número importante de veículos (caminhões), bem como encontrando um número
386 importante de problemas. Disse que para 2018 deve ser abordado o tema: Construção Civil,
387 segmento econômico também marcado estatisticamente pelo elevado número de acidentes.

388 b) ***Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CONPAT***

389 • Spinelli informou que a Fundacentro, em 2018, reestabelecerá a realização do CONPAT, previsto
390 em Decreto desde 1971. Disse que, como primeiro passo, será formada uma comissão executiva
391 para organizar a realização desse evento, sendo que em breve serão solicitadas indicações às
392 bancadas da CTPP.

393 c) ***Convenção 187 da OIT (Marco Promocional em Segurança e Saúde no Trabalho)***

394 • Eva lembrou que na última reunião da CTPP a representação de empregadores ficou de, antes

395 de apresentar o posicionamento sobre o texto do parecer da CTPP a ser assinado pelos
396 coordenadores de bancada, levar a proposta às bases para consulta e posteriormente apresentar
397 posicionamento, coisa não feita até aquele momento.

398 *d) NHO Iluminância*

- 399 • Spinelli relatou que num passado recente, em virtude do cancelamento da NBR 5413, propôs o
400 resgate dos parâmetros de iluminância com a elaboração de uma Norma de Higiene Ocupacional
401 - NHO pela Fundacentro; e que na reunião passada da CTPP chegou a apresentar uma proposta de
402 Recomendações Técnicas de Procedimentos - RTP, o que não foi aceito pelos representantes das
403 bancadas, que entenderam que o instrumento correto a ser utilizado é uma NHO. Informou que
404 conforme registrado em reuniões anteriores, de forma excepcional, foi franqueada pela
405 Fundacentro a participação de técnicos indicados pelas bancadas da CTPP em reunião realizada
406 para troca de ideias e apresentação de sugestões quanto ao teor da futura NHO. Disse que dois
407 técnicos indicados pela representação patronal participaram da reunião, sendo que Cláudio
408 Ferreira, por parte dos trabalhadores, deverá ser convidado para uma reunião, de mesmo caráter,
409 com os técnicos da Fundacentro ainda a ser agendada. Disse que a Norma se encontra em estágio
410 bem avançado e que a expectativa é de que seja finalizada ainda no ano de 2017. Finalizou
411 informando que a NHO terá o objetivo de indiciar os principais parâmetros que interferem nos
412 aspectos quantitativos e qualitativos relacionados à iluminação interna nos ambientes no trabalho
413 e estabelecer níveis mínimos de iluminamento em ambientes internos de trabalho. Comentou que
414 o MTb elaborou uma Nota Técnica mencionando que até que se publique a futura NHO, deveriam
415 ser adotados os parâmetros previstos na cancelada NBR 5413, o que os técnicos da Fundacentro
416 entendem ser um equívoco, pois o certo seria adotar os parâmetros da ISO 8995, norma que
417 embasará a NHO, vez que essa prevê parâmetros mais atuais, ao contrário da NBR 5413. Disse
418 que assim que se tenha o “*draft*” final da NHO, será previamente apresentado à CTPP.
- 419 • José Luiz relatou que em momento algum houve-se contrariedade quanto à utilização da ISO 8995
420 como parâmetro para medição de iluminância, o que aconteceu foi que quando publicou-se essa
421 ISO, com o cancelamento da NBR 5413, dissolveu-se a lógica dos procedimentos para essa
422 medição sendo que a citada ISO é voltada para a questão do projeto de iluminação e não para
423 procedimentos de medição. Disse que a intenção da Nota Técnica da SIT foi trazer de volta o
424 método para a avaliação, para que se tenha uma referência técnica para tanto, coisa que a ISO não
425 prevê.
- 426 • Spinelli complementou dizendo que a NHO trará como base os índices da ISO 8995, mas trará
427 também os procedimentos, os métodos para medição do nível lumínico. A NHO terá também o
428 objetivo de identificar o desempenho efetivo do fluxo luminoso no ambiente de trabalho. Finalizou
429 dizendo que na elaboração da ISO 8995 foram consideradas e abordadas questões ocupacionais
430 também, além de projeto lumínico, e inclusive questões emergenciais, e isso consta no próprio
431 texto da ISO, portanto, seria de bom tom revisar a Nota Técnica da SIT enquanto a NHO não é
432 publicada.
- 433 • Cláudio comentou que a contribuição da representação dos trabalhadores para a futura NHO se
434 baseia na observação do parâmetro de cor de lâmpada e o ofuscamento. Disse que assim será
435 proposto que ao definir critérios, caso seja aceita a diferenciação entre luminárias no teor do texto
436 da futura NHO, que seja discutida também a organização e o processo de trabalho de forma que
437 se traga assim um ingrediente inovador à Norma, não simplesmente um copia e cola da ISO.
- 438 • Eva considerou que não se pode julgar a citada proposta de NHO como “copia e cola”, pois trata-
439 se de um texto que ainda não foi apresentado, não foi divulgado e está sendo elaborado por uma
440 equipe técnica altamente capacitada para tanto. Disse que tal comentário é considerado um
441 desrespeito à instituição Fundacentro. Solicitou que as manifestações dos membros fossem mais
442 elaboradas, até porque a CTPP não é o fórum de discussão sobre o mérito técnico da proposta.
- 443 • Spinelli, como Diretor Técnico da Fundacentro, informou que nenhum trabalho da Fundacentro
444 tem a perspectiva de “copia e cola” como foi citado. Disse que se a representação de trabalhadores
445 tivesse comparecido à reunião agendada para discutir o tema, talvez não se teria a opinião que fora

- 446 expressa por Cláudio. Finalizou comentando que a NHO não será o final dos problemas de
447 iluminância no país, pois as NHOs da Fundacentro apenas têm o papel de orientar no como
448 proceder, como medir e não interferir em qualquer que seja o processo de trabalho.
- 449 • Cláudio informou que em momento algum teve a intenção de piorar a proposta de NHO, pelo
450 contrário, inclusive agradeceu à Fundacentro o convite para poder fazer sugestões à proposta de
451 NHO. Pediu desculpas caso tenha sido mal interpretado por sua forma de expressar. Explicou que
452 a intenção de sua fala foi a de registrar a vontade de ver na NHO outros quesitos inovadores que
453 não puramente os índices e critérios de medição.
 - 454 • Maradona disse que a bancada de trabalho não espelha nenhuma avaliação negativa com relação
455 à Fundacentro, muito pelo contrário, sempre foi uma instituição muito defendida pela
456 representação de trabalhadores.
- 457 *e) NR-31*
- 458 • Eva informou que tramita no Congresso Nacional o projeto de lei n.º 6.442/16 que versa sobre o
459 trabalho rural e que de forma direta pode afligir a NR-31. Com isso, seria bom que os
460 representantes da CTPP acompanhassem os desdobramentos desse projeto de lei.
 - 461 • Rafael informou que a bancada de empregadores solicita que sejam retomadas as atividades da
462 Comissão Permanente Nacional Rural - CPNR, até porque foi entregue ao Ministério uma proposta
463 de revisão da NR-31. Quanto ao PL, disse que esse não devia contaminar as discussões da Norma,
464 até porque são coisas distintas.
 - 465 • Maradona informou que tendo em vista a natureza do PL, que inclusive prevê a possibilidade de
466 revogação da NR-31, seria interessante que a CTPP juntasse esforços para realizar uma reunião
467 com o autor do PL, explicar como funciona o processo tripartite para pelo menos inibir o avanço
468 desse PL, a exemplo do que foi feito com o PDS da NR-12.
 - 469 • Eva disse ser de acordo e apoia a ideia.
 - 470 • Rafael disse que o PL não tem participação de nenhum representante da bancada de empregadores
471 da CTPP e assim, seria importante que fosse retomada a discussão da NR-31 primeiramente, o que
472 já seria uma resposta da CTPP ao Congresso, no caso, colocando o processo de normatização em
473 andamento.
 - 474 • Elimara complementou dizendo que o PL não foi originado pela Confederação da Agricultura e
475 Pecuária do Brasil - CNA, mas por outro lado é uma proposta que a CNA apoia por contemplar
476 uma alteração da Lei n.º 5.889/73. Disse que não entende porque o tema foi pautado na CTPP, mas
477 que o encaminhamento deveria ser o de reativar a CPNR para revisar a NR-31 e o PL seguir seu
478 curso, cada um em seu fórum, até porque questões políticas fogem à autonomia dada aos
479 representantes empresariais da CTPP.
 - 480 • Eva disse entender que são pleitos distintos e que a ideia de pautar o tema foi puramente com a
481 intenção de informar, de dar conhecimento da existência do PL. Disse ser claro que a CTPP não
482 tem ação direta no Congresso Nacional, mas sim é possível procurar os envolvidos no processo
483 para tentar esclarecer e elucidar algumas questões que talvez os envolvidos com o PL não tenham
484 conhecimento.
 - 485 • Maradona disse que é preciso definir direito o que se quer discutir, inclusive combinando com o
486 outro lado, pois não adianta discutir a Norma e daqui a pouco aprovam o PL revogando a NR-31,
487 sendo que isso tudo tem que ser alinhado para não se fazer esforço à toa.
- 488 *f) CTPN NR-32*
- 489 • Eva informou que recentemente a Confederação Nacional da Saúde - CNS solicitou a retomada
490 das atividades da Comissão Tripartite Permanente Nacional - CTPN da NR-32; e que o DSST
491 chegou a sugerir a realização de uma reunião no mês de julho, entretanto, o coordenador da CTPN,
492 entendendo estar muito em cima da data, ficou de agendar uma data mais propícia. Disse que o
493 DSST está iniciando uma série de iniciativas no sentido de estabelecer parâmetros e uma

- 494 inteligência fiscal na área de estabelecimentos de saúde onde serão realizadas ações orientativas
495 nesse sentido, sendo que a volta dos trabalhos da CTPN da NR-32 será fundamental para essas
496 ações.
- 497 • Rafael informou que a representação empresarial irá se preparar para as discussões, inclusive
498 revendo seus representantes na CTPN.
- 499 • Clovis disse que a CNS pleiteia a volta das atividades da CTPN e que, já se preparando para isso,
500 vai rever e atualizar as indicações da representação de empregadores em acordo com as
501 confederações lá representadas atualmente. Disse que em consulta à página da CTPN no site no
502 Ministério, verificou-se a ausência e a desatualização de alguns arquivos; e que seria importante
503 para o histórico da comissão que esses fossem de alguma forma resgatados e inseridos no acervo.
- 504 **g) NR-35 (Manual de Auxílio na Interpretação e Aplicação sobre Sistemas de Proteção conta**
505 **Quedas)**
- 506 • Eva informou que trata-se de proposta de manual elaborada por subcomissão criada no âmbito da
507 CNTT da NR-35 e aprovada por essa. Disse que na reunião anterior da CTPN foi levantada a
508 questão de constar no Manual imagens e referências da NBR 16.489 da ABNT que passava por
509 processo de revisão, entretanto, como o texto revisado foi aprovado e deverá em breve ser
510 publicado, o MTb entrou em contato com a ABNT que autorizou a utilização das imagens.
- 511 • Robinson comentou que o manual é bem claro quanto ao quesito de carga mínima de dispositivos
512 de ancoragem; e que a questão do “guarda-corpo” não é coisa pacificada ainda no CPN da NR-18,
513 sendo que no manual faz-se referência a uma norma estrangeira, onde o certo seria aguardar uma
514 revisão da NBR da ABNT que versa sobre andaimes.
- 515 • Eva informou que o manual não pode trazer ou induzir a nenhuma obrigação nova diferente do
516 que consta na regulamentação, pois trata-se de um material orientativo. Sugeriu que Robinson
517 formula-se uma comunicação ao DSST via e-mail detalhando os questionamentos feitos para que
518 o DSST pudesse repassar aos representantes governamentais que elaboraram a minuta do manual
519 para análise e se for o caso, incluir o que foi ponderado.
- 520 **h) NR-18**
- 521 • Informou que na última reunião do CPN da NR-18 (dias 07 e 08 de junho) havia-se conseguido
522 aprovar a redação do item 18.21 que dispõe sobre instalações elétricas, a qual deverá ser
523 apresentada na próxima reunião da CTPN.
- 524 **i) Curso de Pós-graduação da Fundacentro para AFTs**
- 525 • Clovis comentou que a Fundacentro dará um curso, na modalidade semipresencial, de pós-
526 graduação em SST para Auditores-Fiscais do Trabalho - AFTs em 2018. Disse achar interessante
527 a iniciativa e indagou sobre a possibilidade de abertura de vagas para os membros da CTPN
528 (empregadores e trabalhadores), que por ventura venham a ter interesse.
- 529 • Spinelli disse que a Fundacentro está desenhando ainda o projeto de qualificação para os AFTs,
530 que está prevista a publicação de um edital, e deverá haver uma pré-seleção dos AFTs, ou seja,
531 existe um público alvo sendo que essa informação deve constar do projeto pedagógico a ser ainda
532 submetido ao Ministério da Educação - MEC para se conseguir a certificação. Disse que em todo
533 caso verificará a possibilidade de alteração do público alvo para poder direcionar algumas vagas
534 para representantes da CTPN.
- 535 **j) Parecer Fundacentro sobre o Anexo de Radiações Ionizantes da NR-15**
- 536 • Clovis reforçou a solicitação feita à Fundacentro no sentido de que fosse elaborado um parecer
537 contendo o embasamento técnico do Anexo de Radiações Ionizantes da NR-15.
- 538 • Eva comentou que em conversa com o diretor técnico, Robson Spinelli, foi informada de que a
539 Fundacentro deverá disponibilizar o parecer técnico até o dia 26 de julho de 2017.
- 540 **k) Conselho Curador da Fundacentro**

- 541 • Clovis comentou que num encontro recente com o presidente da Fundacentro, o presidente da CNS
542 pleiteou assento no Conselho Curador dessa Fundação, bem como que o Conselho fosse um
543 espelho do que é a CTPP, replicando todas as representações que atualmente fazem parte dela,
544 tanto de empregadores como de trabalhadores.
- 545 • Eduardo reforçou o comentário informando que a CNA também não tinha titularidade no
546 Conselho. Solicitou que fosse verificada tal possibilidade.
- 547 *l) NR-20*
- 548 • Itamar disse que tem se manifestado sistematicamente na CNTT da NR-20, e que tem procurado
549 a Petrobras para se reunir e resolver o problema sobre os critérios para o dimensionamento do
550 efetivo de trabalhadores das unidades de processamento (refinarias) e que as empresas,
551 principalmente a Petrobras, se negam a querer discutir a questão, a buscar o entendimento, ou seja,
552 não estão tendo interesse.
- 553 *m) Cursos sobre NRs na modalidade EaD*
- 554 • Maradona informou que um sindicato do segmento de eletricidade estava promovendo um evento
555 onde constava na pauta do dia a revogação da modalidade de EaD para capacitações obrigatórias
556 estipuladas pela NR-10, 11, 13, 33 e 35, ou seja, nem bem foi pautado o tema para discussão na
557 CTPP, já estão pedindo revogação. Disse ser importante que a Nota Técnica da SIT que versa
558 sobre o assunto fosse mais divulgada, pois tais cursos (EaD) são expressamente proibidos para as
559 Normas Regulamentadoras, à exceção da NR-20.
- 560 • Viviane informou que a auditoria-fiscal do MTb vem fazendo um trabalho de conscientização no
561 Setor Elétrico focando a proibição de curso de NR-10 na modalidade a distância.

**2º dia (21 de junho de 2017)
Deliberações**

Coordenadora da Reunião:

Eva Patrícia Gonçalo Pires (Diretora do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho)

562 **1. Ata**

563 a) *Ata da 88ª Reunião*

- 564 • Após apontada pela bancada de trabalhadores e pela de empregadores a necessidade de correções
565 pontuais, a Ata da 88ª Reunião Ordinária da Comissão, após precedidas tais correções foi aprovada
566 e assinada pelos participantes.

567 **2. Formação de Grupos Tripartites**

568 a) *Subcomissão da pesca*

- 569 • Rafael e José Luiz lembraram da necessidade de indicação do representante dos trabalhadores que
570 ainda falta ser definida para composição da bancada de trabalhadores da Subcomissão da Pesca.

571 b) *GET Calor*

- 572 • Maradona disse que a bancada de trabalhadores confirmou todos os nomes já mencionados no 1º
573 dia da reunião, restando apenas a indicação de um representante. Solicitou o prazo de 30 dias para
574 efetivação da indicação pendente.

- 575 • Rafael disse que a composição empresarial, devido ao tempo que o tema já está pautado para
576 discussão, tem certa pressa para que se iniciem os trabalhos desse GET o quanto antes, assim
577 sendo, solicitou que a representação de trabalhadores antecipasse a efetivação da citada indicação
578 restante; e propôs que expirado os 30 dias de prazo, fosse dado início imediato aos trabalhos do
579 GET.

- 580 • Maradona disse não ser uma boa medida começar os trabalhos de um Grupo sem a formação

- 581 completa de uma ou outra bancada, pois tal fato já ocorreu tempo atrás de forma contrária e ainda
582 assim a representação de trabalhadores esperou o tempo necessário.
- 583 • Ficou encaminhado que dentro do prazo de 30 dias o DSST enviará a proposta de texto básico para
584 conhecimento da CTPP e que seria de bom tamanho se a NHO sobre calor também fosse
585 apresentada à CTPP.
- 586 c) **GTT Limpeza Urbana**
- 587 • Maradona informou que além dos 2 nomes já indicados, Everson de Alcântara Tardelli também
588 faria parte da composição da bancada de trabalhadores do GTT como representante da Nova
589 Central Sindical de Trabalhadores - NCST. Comunicou que as 2 indicações faltantes seriam
590 efetivadas em 20 dias.
- 591 • Eva reforçou o pedido de que a CNC enviasse o ofício com os representantes indicados para a
592 bancada de empregadores do Grupo ao DSST para formalização das indicações. Informou que o
593 DSST enviará ofício ao Ministério da Saúde solicitando a indicação de 1 representante para
594 participar das reuniões do Grupo.
- 595 d) **Subcomissão Matriz de Competência**
- 596 • Eva entregou aos coordenadores de bancada e ao presidente da Fundacentro novos ofícios
597 solicitando indicações para composição da Subcomissão de Matriz de Competência. Pediu que
598 fossem desconsiderados os ofícios anteriormente entregues. Disse que também será solicitada a
599 indicação de representante do Ministério da Saúde e da Secretaria de Previdência Social, do
600 Ministério da Fazenda para participarem das reuniões.
- 601 e) **CTPN NR-32, CPNR e CPNM**
- 602 • Eva informou que o DSST enviará ofícios aos coordenadores de bancada da CTPP solicitando a
603 revisão dos representantes da CTPN da NR-32, CPNR e CPNM.
- 604 • Foi citada a Portaria SIT n.º 186/2010 como instrumento a ser citado como base para que o DSST
605 solicite a substituição de representantes de grupos e comissões tripartites que por ventura não
606 compareçam de forma sucessiva as reuniões desses fóruns.
- 607 • José Luiz comentou que a Portaria SIT 186 deveria ser divulgada entre as comissões e grupos para
608 que todos os representantes tenham conhecimento de suas disposições e passem a cumpri-la, pois
609 a mesma vem sendo ignorada por alguns desses fóruns, como exemplo, além da previsão de
610 substituição de membros, citou também a não elaboração de atas, coisa alegada por alguns
611 coordenadores como falta de estrutura do MTb para tanto.
- 612 • Maradona solicitou que o DSST enviasse uma listagem com todos os representantes de
613 trabalhadores, de todas as comissões e grupos para que se tenha um melhor controle da assiduidade
614 dos representantes às reuniões; e em caso de ausência, a central sindical seja logo notificada sobre
615 o fato.
- 616 • José Luiz disse que seria interessante que essa listagem contivesse todos os representantes de todas
617 as três bancadas.
- 618 • Eva informou que como o DSST vem buscando atualizar a composição governamental de alguns
619 fóruns, e assim sendo, enviar o espelho das representações das 3 bancadas talvez não fosse algo
620 muito eficaz nesse momento. Disse que após a reestruturação de indicações pretendida o envio de
621 tal lista será possível.
- 622 • Itamar afirmou que a elaboração de atas tem sido um problema em alguns fóruns. Considerou ser
623 de suma importância a existência das atas, pois trata-se da memória das discussões, um histórico
624 de como foram tomadas as decisões, além de um respaldo de legalidade para as representações.
- 625 • Clovis disse que além do registro das discussões, existe o princípio da publicidade, sendo que essas
626 atas precisam estar disponibilizadas no site do Ministério.
- 627 • Rafael, em relação à divulgação de informações de conteúdo de grupos e comissões, disse que a

628 bancada entende a dificuldade que se tem para inserir matérias no site do Ministério, mas que isso
629 vem gerando alguns constrangimentos, como exemplo, constar o nome de um representante que
630 já foi substituído numa comissão. Disse achar que o Ministério deveria dar mais atenção a essas
631 questões de atualização do site. Disse que outra questão a ser observada é o agendamento da
632 reunião de coordenadores de bancada da CTPP, coisa que deve ser feita com mais antecedência,
633 pois fazer essa reunião à vésperas não tem sido muito produtivo.

634 • Maradona disse que volta e meia se tem alguns dissabores por conta de falta de informações das
635 comissões (atas, listas de presenças e outros arquivos). Com isso, sugeriu que as demandas das
636 comissões temáticas viessem para a CTPP acompanhadas de no mínimo a ata de aprovação para
637 evitar problemas de aprovação na CTPP. Disse que isso deveria ser regra para todas as comissões.

638 • Clovis comentou que num passado não muito distante foi solicitado que o planejamento anual das
639 comissões fosse repassado à CTPP, coisa que não vem sendo feita apesar de ser previsto na Portaria
640 SIT n.º 186.

641 • Eva disse que as falhas apontadas são reconhecidas pelo DSST; e que esse processo vem sendo
642 muito discutido internamente; e que melhorias com certeza virão. Informou que a realização da
643 reunião dos coordenadores de bancada da CTPP serão melhor previstas e organizadas. Considerou
644 a questão das atas e planejamento essenciais para a organização da própria CTPP e a sugestão de
645 que as propostas e demandas das comissões e grupos tripartites cheguem com o “kit de
646 informações” (proposta, ata de aprovação, lista de presença, dentre outros documentos) é bem
647 vinda, pois facilitará em muito o trabalho da CTPP. Quanto ao site do Ministério, informou que
648 esse não fica mais sob o controle do DSST, ficando as inserções ou atualização de informações na
649 dependência do pessoal da coordenação de informática e da ASCOM. Disse que talvez fosse uma
650 saída tentar inserir informações das comissões no site da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho
651 - ENIT, onde, apesar de não ser página ideal, de forma mais rápida, se consegue o conteúdo com
652 mais facilidade.

653 • Clovis, ainda sobre o encaminhamento de demandas de comissões, disse ser importante ser
654 seguido o prazo regimental de 15 dias de antecedência, para que se tenha tempo suficiente para
655 uma análise adequada das propostas. Citou que vem ocorrendo situações que chegam os arquivos
656 com cinco dias antes ou até mesmo na véspera da reunião da CTPP. Coisa que era exceção e passou
657 a ser regra, pois a ocorrência tem sido frequente. Pediu que essa questão, tirando os casos
658 excepcionais, também fosse observada para uma melhor organização.

659 • Itamar disse que seria realmente importante que a CTPP, em sua primeira reunião do ano, pudesse
660 analisar os planejamentos das comissões, até para que a CTPP possa orientar melhor do trabalho
661 desses fóruns.

662 3. Alteração de Normas Regulamentadoras

663 a) *NR-04 e NR-34*

664 • Maradona disse que tanto a proposta de alteração da graduação de risco das CNAEs 30.11-3 e 30.12-
665 1, quanto a proposta de alteração de itens da NR-34, apesar de já se ter o encaminhamento sob
666 consenso de que ambas as propostas devem voltar para CNTT da NR-34, a bancada de
667 trabalhadores da CTPP, de antemão, aprovava ambas as propostas.

668 • Robinson, quanto ao subitem 34.16.16, disse que a bancada não estava muito de acordo com o
669 dimensionamento proposto para os banheiros, pois esse deve ser feito com base na NR-24, bem
670 como também com o que é proposto no subitem 34.16.16.1 que fala sobre banheiro químico. Disse
671 que a bancada não é a favor da previsão desse tipo de banheiro, entretanto, se for mencionado
672 como será feita a manutenção desse banheiro, a ventilação, a deposição dos dejetos, a bancada
673 estaria disposta a debater a previsão do mesmo.

674 • José Luiz, quanto à alteração da graduação de risco das CNAEs 30.11-3 e 30.12-1, disse que a
675 bancada de empregadores pede que a proposta volte para a CNTT da NR-34 para rediscussão já
676 que as citadas CNAEs nada têm a ver com a construção ou reparação naval, que na verdade

677 atingem outro setor econômico como o de embarcação naval para lazer, setor esse que não deve
678 ter tido o devido conhecimento da proposta. Esclareceu dizendo que é preciso saber se todos os
679 setores ou segmentos abarcados pelas CNAEs foram consultados ou ouvidos para que a CTPP
680 possa deliberar sobre a matéria.

681 • Cláudio lembrou que esse grau de risco, anteriormente à última revisão dos graus de risco da NR-
682 04, já era o 4, o que não teria problema algum proceder essa correção, vez que 4 é a graduação
683 devida para esse tipo de atividade. Disse que não teria motivo para recusa da proposta na CTPP,
684 vez que a bancada patronal da CNTT da NR-34 assina a proposta em baixo, ou seja, aprovou a
685 alteração.

686 • José Luiz disse que essa proposta extrapola o setor da construção e reparação naval, ela atinge
687 outros setores, que possivelmente não foram ouvidos, muito menos participaram da discussão na
688 CNTT da NR-34, por isso a bancada empresarial pede que a proposta volte à CNTT para essa
689 provoque os setores envolvidos, promova a discussão, para que volte à CTPP com esses
690 esclarecimentos. Informou ter participado da última reunião da CNTT e disse que até onde sabia
691 essa consulta não havia sido feita e assim a bancada de empregadores da CTPP não se sentia à
692 vontade para aprovar a proposta.

693 • Conforme já encaminhado no 1º dia da reunião, foi confirmado que as propostas deverão voltar
694 para rediscussão na CNTT da NR-34 com as observações apontadas pelas bancadas.

695 b) **NR-12**

696 • Maradona pediu o prazo de 20 dias para que houvesse uma conversa entre a bancada de
697 trabalhadores da CNTT da NR-12 e bancada da CTPP para tratar alguns detalhes. Informou que
698 há um posicionamento na bancada de trabalhadores da CNTT, apesar de aprovar as propostas da
699 CNTT, como exemplo o anexo de calçados, que só se deve ser publicado em DOU caso o PDS n.º
700 43 seja retirado de forma definitiva da pauta do Senado, não apenas da condição de urgência.

701 • Rafael disse que a bancada de empregadores da CTPP não tem gerência sobre essa questão, mas
702 informou que dentro das tratativas entre a CNI e o Senado, há um compromisso duplo que consiste
703 em que as discussões sobre a NR-12 serão feitas somente no âmbito da CNTT, seguindo o trâmite
704 normal, sendo que durante esse processo, o compromisso do Senado é não discutir, não dar novos
705 andamentos ao PDS. Ou seja, o PDS não será apreciado, entretanto, não se fala no Senado de
706 retirada definitiva do PDS da pauta ainda. Complementou dizendo que as tratativas assumidas se
707 dividem em 3 partes: 1 - o cumprimento da Instrução Normativa SIT n.º 129; 2 - os pacotes de
708 alterações na Norma, que por enquanto foi até o anexo de prensas; e 3 - a diferenciação entre
709 fabricantes e usuários, cuja proposta está sendo elaborada pela representação patronal da CNTT e
710 deverá ser apresentada na reunião prevista para o mês de agosto.

711 • Ficou encaminhado que dentro de 20 dias a bancada de trabalhadores da CTPP deverá apresentar
712 posicionamento sobre a proposta, e caso sendo o posicionamento favorável o DSST providenciará
713 os trâmites para publicação, caso contrário, a proposta deverá voltar à CNTT com as devidas
714 justificativas da bancada de trabalhadores. Quanto ao PDS, Eva informou que o DSST elaborará
715 uma proposta de parecer/relatório sobre as discussões e avanços obtidos na CNTT da NR-12 para
716 conhecimento do Sen. Armando Monteiro.

717 c) **NR-22**

718 • Maradona pediu o prazo de 30 dias para que a bancada de trabalhadores se posicionasse sobre as
719 propostas de alteração da NR-22. Sugeriu o encaminhamento de que, até o final do prazo
720 solicitado, a bancada analisaria a ata da reunião da CPNM que aprovou as alterações e caso não se
721 tenha nada a observar a proposta poderia ser considerada aprovada pela bancada.

722 • Robinson lembrou que seria preciso verificar com a coordenação da CPNM se a nova redação do
723 subitem 22.32.1 extingue ou não a alínea “j” inserida pela Portaria MTPS n.º 506, de 29 de abril
724 de 2016.

725 • Rafael disse que a bancada de empregadores teria também uma observação a ser feita, na verdade

- 726 um questionamento sobre a segurança jurídica dos itens relativos a “barragem”. Se esses estão em
727 consonância com legislações específicas de outros órgãos competentes.
- 728 • Eva definiu o encaminhamento de que a proposta voltará à CPNM para que sejam abordadas as
729 observações feitas e que a proposta retorne para a pauta da CTPP na próxima reunião, onde
730 possivelmente a proposta será apresentada pelo coordenador da CPNM.
- 731 d) **NR-30**
- 732 • Eva informou que, sob consenso, a proposta foi a princípio aprovada, entretanto, a mesma deverá
733 retornar à CPNAq para que seja revista a questão das terminologias “condições inseguras” e “quase
734 acidentes”, sendo sugerido pela bancada de trabalhadores as expressões “fatores de riscos” e
735 “incidente”.
- 736 e) **NR-36**
- 737 • A proposta de inserção de itens de regulamentação do maquinário “serra de fita” no Anexo II da
738 NR-36 e alterações correlatas foi aprovada por consenso na forma apresentada.
- 739 • O DSST/SIT realizará os procedimentos para publicação da portaria.
- 740 **4. Outros Assuntos**
- 741 a) **NR-04**
- 742 • Robinson comentou que atualmente existe um grande problema no dimensionamento do SESMT
743 na indústria da construção, pois o que é disposto na NR-04 não atende ao setor. Disse que a
744 terceirização é enormemente frequente dentro dos canteiros de obras, e sendo assim, a bancada de
745 trabalhadores propõe que o dimensionamento dos SESMTs na indústria da construção seja feito
746 pelo número de trabalhadores existente dentro do canteiro de obras e não por estabelecimento,
747 como é feito.
- 748 • Tendo em vista que trata-se de proposta que implica na NR-18, Eva comentou que seria prudente
749 que a mesma fosse discutida primeiramente pelo CPN da NR-18.
- 750 • Rafael complementou dizendo que além de uma análise do CPN, a CTPP também poderia
751 acompanhar mais de perto essa discussão no sentido de identificar qual a normatização deveria
752 abrigar a proposta, se na NR-04 ou NR-18.
- 753 • Cláudio comentou que tempos atrás a bancada patronal apresentou proposta de reduzir a carga
754 horária dos médicos do trabalho nos SESMTs, o que foi aceito, aprovado e publicado. Disse que
755 já naquela época a bancada de trabalhadores também tinha a proposta redução da carga horária de
756 trabalho dos engenheiros do trabalho e dos técnicos de segurança do trabalho, de 8 horas para 6
757 horas diárias, mas devido a alguns contratemplos a bancada resolveu esperar um momento mais
758 propício, e entendendo ser o momento adequado, informou que a bancada de trabalhadores
759 propunha a redução da carga horária dos técnicos de segurança do trabalho de 8h para 6h diárias.
- 760 • Quanto a proposta de dimensionamento dos SESMTs da construção civil, Eva solicitou que a
761 bancada elaborasse uma proposta concreta e enviasse previamente ao DSST para uma primeira
762 análise e verificação sob que esfera deverá haver a discussão, se na NR-04 ou na NR-18, ou mesmo
763 se seria necessária uma abordagem mais ampla.
- 764 b) **Convenção OIT n.º 187 (Marco Promocional para a Segurança e Saúde no Trabalho)**
- 765 • Rafael informou que até aquele momento não havia sido possível obter o posicionamento de todas
766 as confederações patronais participantes da CTPP. Solicitou prazo adicional para apresentar o
767 posicionamento.
- 768 • Eva solicitou celeridade à bancada de empregadores quanto a apresentação do posicionamento
769 sobre o parecer CTPP referente à Convenção OIT 187 tendo em vista que o assunto estava
770 novamente em voga internacionalmente e que o Ministério do Trabalho poderia ser indagado sobre
771 o processo de ratificação, apesar de já cumprir o que é preconizado na Convenção.

- 772 • Maradona comentou que independentemente do posicionamento das bancadas, esse assunto diz
773 respeito a uma política de Governo, e assim sendo, achando conivente, o Ministério poderia decidir
774 e dar o andamento ao processo por si, abrindo mão da opção do processo democrático, da decisão
775 tripartite, no caso.
- 776 c) **GET NR-11 (Estufagem de Sacarias)**
- 777 • Maradona, tendo em vista ser uma pauta antiga, já encaminhada, mas que ainda não se teve
778 nenhum tipo de andamento, solicitou que fosse dado início às atividades do GET da NR-11,
779 referente à estufagem manual de sacarias em contêineres, referente à NR-11. Lembrou que o Grupo
780 se encontra com as bancadas devidamente compostas e que os trabalhos precisam ser iniciados o
781 quanto antes.
- 782 • Eva informou que será feito um esforço para tentar realizar a primeira reunião o GET o quanto
783 antes, sendo que assim que possível o DSST fará o agendamento.
- 784 d) **Curso de Pós-graduação da Fundacentro para AFTs**
- 785 • Em virtude da presença do presidente da Fundacentro, Paulo Arsego, Clovis reforçou o pedido de
786 que sejam abertas algumas vagas para que membros da CTPP possam participar também do curso
787 de pós-graduação que a Fundacentro vem organizando para os AFTs em 2018.
- 788 • Paulo Arsego informou que no primeiro edital do curso é previsto um planejamento de 10 anos de
789 duração para capacitar no mínimo 1.200 AFTs, ou seja, 120 por ano. Disse que o curso será na
790 modalidade semipresencial, sendo que a parte presencial será realizada nas dependências do CTN
791 da Fundacentro. Comentou que a intenção futura é propiciar esse curso em nível nacional para
792 todos os segmentos da sociedade também, entretanto, tendo em vista já ter sido definido o público
793 alvo, nesse curso específico, não será possível ofertar vagas aos membros da CTPP. Finalizou
794 informando que sendo viabilizado o curso para a sociedade em geral, a representação de
795 empregadores e de trabalhadores da CTPP será informada.
- 796 e) **Conselho Curador da Fundacentro**
- 797 • Clovis lembrou que foi solicitada à Fundacentro assentos para a CNS no Conselho Curador, assim
798 como para a CNA também.
- 799 • Paulo Arsego informou que foi feito um esforço para retomar as atividades do Conselho que estava
800 parado a um ano e meio, coisa que por ter o âmbito ministerial foi mais fácil de ser conseguida,
801 mas que agora, num segundo momento, a intenção é abrir a representação do Conselho para as
802 confederações patronais, entretanto, essa medida foge à autonomia da Fundacentro, vez que
803 alteração da composição do Conselho depende de publicação de decreto presidencial.
- 804 f) **Agente Calor**
- 805 • José Luiz lembrou que durante o tempo em que se vem discutindo na CTPP a temática que envolve
806 o fator calor, como agente nocivo à vida ocupacional, a Fundacentro elaborou e disponibilizou em
807 seu site uma ferramenta, um aplicativo de medição teórica que vem sendo usado em diversas
808 situações, inclusive, desde então, isso vem sendo um fator de confusão na esfera judicial, pois
809 embora essa ferramenta tenha um embasamento técnico e científico, ela tem limitações de uso,
810 sendo que na própria página são citadas essas limitações, entretanto, ninguém tem interesse em ler
811 o que lá é observado, pois na verdade cita que em determinada situação o resultado pode não
812 corresponder com a medição correta; sendo que por algumas autoridades ignorarem o que lá é
813 alertado, gera-se uma enxurrada de processos com conclusões e decisões judiciais equivocadas
814 pela questão. Disse que uma vez que o GET do Anexo 3 da NR-15 se encontra devidamente
815 composto, seria de bom tom retirar do ar o aplicativo, até que pelo menos sejam encerrados os
816 trabalhos desse Grupo.
- 817 • Spinelli disse que à época, quando a Fundacentro foi provocada no sentido de apurar os fatos e
818 verificar tecnicamente a problemática, foi solicitada a indicação de técnicos da parte reclamante
819 para expor a questão aos técnicos da Fundacentro. Entretanto, como não houve resposta e ninguém
820 se manifestou, nada foi feito. Complementou dizendo que todas as informações constantes do site

- 821 da Fundacentro são de cunho público e assim, da mesma forma, seria indevido retirar o citado
822 aplicativo do ar sem que se tenha uma satisfação, uma explicação técnica e plausível à sociedade.
823 Disse que a NHO de Calor está na iminência de ser publicada; e que o aplicativo foi considerado
824 pela OIT como um instrumento importante e de grande utilidade para a sociedade e isso
825 independentemente da opinião do Ministério Público do Trabalho que tem seu papel e autonomia
826 bem definidos. Complementou dizendo que não cabe à Fundacentro explicar ao MPT que o
827 aplicativo não substitui a atividade de avaliação ambiental no campo, sendo que essa sim é quem
828 de fato define se as condições ambientais são ou não insalubres.
- 829 • Paulo Arsego suscitou que de imediato o que poderia ser feito era dar mais ênfase as
830 explicações/orientações sobre as limitações constantes na página do software.
 - 831 • José Luiz disse ser preciso dar mais publicidade à questão, sendo que além de maior evidenciação
832 da restrição técnica do aplicativo, seria importante que o Ministério do Trabalho expedisse uma
833 nota técnica ou instrumento do tipo para divulgar à sociedade.
 - 834 • Eva informou da possibilidade de elaboração de uma nota informativa; e solicitou que o DSST
835 fosse provocado oficialmente para que tal medida fosse providenciada.
- 836 Nada mais a ser discutido, a reunião foi encerrada.